

ESTUDOS SOBRE MASCULINIDADES E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Luiz Henrique Machado De Aguiar¹

Gláucia Ribeiro Starling Diniz²

Resumo: As intervenções psicológicas com homens autores de violência conjugal são fruto da evolução das ideias feministas que, ao promoverem uma ampliação do significado do conceito *gênero*, passaram a evidenciar a construção relacional e a organização social das diferenças entre os sexos. Dessa forma, o contexto político e acadêmico criado a partir da expansão das ações do movimento feminista abriu espaço para as denúncias das violências domésticas contra as mulheres e culminou na percepção da necessidade de incluir os homens nas ações de combate a essas violências. Os trabalhos desenvolvidos com homens autores de violências conjugais são muito recentes e ainda não são bem conhecidos. Este artigo teve como base pesquisa de Mestrado que buscou conhecer como esses homens perceberam e avaliaram os resultados da intervenção grupal em suas vidas nos níveis pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos.

Palavras-chave: homens; masculinidades; gênero; violência conjugal; intervenção grupal.

Abstract: Psychological interventions with male perpetrators of domestic violence are the result of the development of feminist studies and ideas that, by promoting an expansion of the concept of gender, began to emphasize the relational construction and social organization of gender differences. Thus, the political and academic context created by the expansion of the feminist movement actions paved the way for reports of domestic violence against women and led to the perception of the need to include men in actions to combat this type of violence. Studies carried out with male perpetrators of conjugal violence are very recent and still not well known. This article derives from a Master Degree research that aimed to understand how men who participated in a psychological intervention for male perpetrators of domestic violence perceived and evaluated the results of the group intervention in their personal and relational lives, and in the ways of resolving domestic conflicts.

Keywords: men; masculinities; gender; marital violence; group intervention.

1 Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Professor da UNIFE.

2 Doutora pela United States International University, USIU, EUA. Professora Adjunta do curso de Psicologia da Universidade de Brasília.

Gênero, masculinidades e violência: breve contextualização

Os abusos do poder masculino presentes em todas as culturas foram frontalmente questionados ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI. O movimento feminista, em suas múltiplas vertentes e o movimento homossexual foram os principais responsáveis por trazer a público o debate sobre o tema, particularmente durante a década de 1960. Arilha, Unbehaum e Medrado (1998) ressaltam que as ações feministas promoveram um exame crítico e também a tomada de posição em relação às dissimetrias sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. E os movimentos *gay* e lésbico trouxeram novas reflexões sobre as identidades sexuais ao buscar maior visibilidade para suas questões.

Comportamentos e valores até então considerados naturais e vistos como inerentes às características biológicas dos homens e ao mundo masculino foram revelados e questionados por denúncias de violência doméstica, assédio sexual, monopólio de postos e funções no mercado de trabalho e práticas homofóbicas. Heilborn e Carrara (1998) apontam que as atuações políticas e acadêmicas desses movimentos também modificaram o conceito contemporâneo de masculinidade e desencadearam uma “crise” da identidade masculina no final do século XX.

Nesse contexto, os homens passaram a ser também objeto de estudo das ciências. Historicamente, os homens têm sido os detentores do saber científico e os grandes protagonistas dos sistemas políticos. Mas, de maneira irônica, as denominadas “ciências do homem” tomaram como objeto o outro, a mulher, a criança, os loucos ou os sexualmente desviantes, e muito pouco estudaram os homens, enquanto representantes de um gênero específico. Como consequência desse processo, as singularidades do sexo masculino e as condições de gênero que construíram a(s) masculinidade(s) foram objeto de pesquisa em proporção muito inferior às do gênero feminino. As soluções para os seus problemas específicos são, por isso mesmo, menos conhecidas (HEILBORNE e CARRARA, 1998).

As novas reflexões sobre as identidades sexuais e os questionamentos sobre os valores, comportamentos e desigualdades entre os sexos/gêneros resultaram na perda progressiva de privilégios sociais historicamente assegurados aos homens. Promoveram também a percepção de que tais privilégios, assim como os estereótipos de masculinidade, têm consequências danosas tanto para os homens quanto para as mulheres, de modo especial, nos contextos relacionais.

A dimensão relacional de gênero e os estudos das masculinidades

A utilização mais recente do termo “gênero” foi apresentada pelas feministas contemporâneas que buscavam, com a ênfase na palavra, uma maneira de se referir à organização e às distinções sociais baseadas no sexo. Nesse contexto, o termo/conceito *gênero* surge como uma tentativa de reivindicar um terreno de definição que ressaltasse a incapacidade das teorias existentes em explicar as desigualdades históricas entre homens e mulheres.

Louro (2004) traça um breve panorama da luta das mulheres por condições mais igualitárias em relação aos homens. Segundo a autora, antes do advento do movimento feminista, na segunda metade do século XX, ocorreram ações isoladas ou coletivas contra a opressão de mulheres em diversos momentos da história. Foi, no entanto, a partir do século XIX que o feminismo se constituiu em um movimento social organizado no Ocidente. Na virada do século XIX para o século XX, o sufrágismo, movimento de reivindicação das mulheres pelo voto, trouxe visibilidade e expressividade às manifestações contra as discriminações femininas e alcançou uma amplitude inusitada ao se alastrar por vários países ocidentais. O sufrágismo hoje é reconhecido como a “primeira onda” do feminismo. Esse movimento apresentou também outras reivindicações ligadas aos interesses de mulheres brancas de classe média, como melhores condições de estudo e acesso a determinadas profissões. As conquistas da “primeira onda” feminista ficaram, no entanto, circunscritas a alguns países e foram seguidas de certa acomodação do movimento (LOURO, 2004).

No final da década de 1960 emerge a “segunda onda” do feminismo. Nesse contexto as lutas vão além das preocupações sociais e políticas ao voltar sua atuação também para o campo das construções teóricas. Através do debate entre estudiosas e militantes com seus críticos foi problematizado o conceito de gênero. As feministas anglo-saxãs foram pioneiras em utilizar o termo *gender* (*gênero*) como distinto de *sex* (*sexo*) com a intenção de rejeitar um determinismo biológico implícito em termos como sexo ou diferença sexual (LOURO, 2004).

Scott (1995) argumenta que, ao rejeitar explicitamente as diferenças atribuídas a homens e mulheres com base em explicações biológicas, o termo gênero passa a indicar que são as construções culturais e a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres que definem seus lugares e papéis na sociedade. A autora define gênero como uma categoria social imposta sobre os corpos sexuados que também oferece uma distinção entre prática sexual e papéis sexuais ao enfatizar um sistema

de relações que pode incluir o sexo, mas não é determinado pelo sexo, assim como não determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995).

No mesmo sentido, Diniz (1999 e 2003) aponta que diferenciar os termos gênero e sexo gera implicações que são fundamentais para a compreensão de questões relacionadas à construção da subjetividade, aos papéis que são atribuídos aos sexos e à inserção social de homens e mulheres. No momento em que o foco da discussão sobre as desigualdades nas relações entre homens e mulheres sai das diferenças biológicas e passa a ser o campo social, o conceito de gênero assume uma conotação relacional.

Os estudos de gênero foram durante muito tempo associados aos estudos sobre a situação das mulheres. Scott (1995) aponta que os livros e artigos que tinham como tema a história das mulheres substituíram nos seus títulos o termo “mulheres” por “gênero”, nos últimos anos. Esse uso do termo teve como função a busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas e o reconhecimento político deste campo de pesquisa.

Este seria, no entanto, apenas um aspecto, uma vez que nessa utilização do termo, *gênero* não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou poder, como também não designa a parte lesada. Além de um substituto para o termo mulheres, gênero passa a ser utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Scott (1995, p. 75) destaca a mudança provocada nos estudos feministas pelo entendimento de gênero enquanto conceito analítico relacional da seguinte forma: “Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.”

Os estudos de gênero continuaram a privilegiar as análises sobre as mulheres, mas passaram a se referir de maneira explícita também aos homens, não mais como contraponto, mas admitindo o caráter social da construção tanto do masculino quanto do feminino. Afirmações generalizadas sobre homens e mulheres passaram a ser evitadas assim como proposições essencialistas sobre os sexos. A ótica dos estudos de gênero dirigiu-se assim, gradativamente, para processos e construções que obriguem aqueles(as) que utilizam o conceito a levar em consideração contextos socioculturais específicos e os momentos históricos de que estão tratando. Entende-se que as concepções de gênero diferem no interior de cada sociedade e, nelas, dentro dos diversos grupos que as constituem.

Os estudos feministas passaram a tratar gênero como algo que transcende o mero desempenho de papéis masculinos e femininos, enquanto regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros. Passaram a afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito, juntamente com a etnia, a classe social, o nível educacional ou a nacionalidade, dentre muitos outros fatores (LOURO, 2004).

Bento (2006) ressalta que neste momento não seria mais possível falar em uma feminilidade, mas em diversas feminilidades dentro de uma mesma sociedade. A categoria “mulher universal” precisou ser desconstruída, *desessentializada* e *desnaturalizada* pela articulação de gênero com outras variáveis sociológicas. Surgem assim os estudos sobre as mulheres negras analfabetas, brancas conservadoras, negras racistas, ciganas, camponesas, imigrantes e assim por diante.

Um desdobramento direto do olhar relacional sobre o sistema sexo-gênero propiciado pelos estudos feministas emerge com a organização dos campos de estudos das masculinidades, que aparecem na cena acadêmica a partir da década de 1990 (BENTO, 2006). Os estudos sobre os homens passaram a considerar as diversas masculinidades, o modo como essas incidem umas sobre as outras e suas relações com diversos marcadores sociais no processo de constituição das identidades dos sujeitos dentro de uma mesma sociedade.

O reconhecimento da dimensão relacional de gênero possibilitou, principalmente, a desconstrução dos argumentos culpabilizantes em relação ao masculino que marcaram os discursos de parte do movimento feminista, principalmente em seu início, e que ainda se fazem presentes, direta ou indiretamente em produções acadêmicas contemporâneas, embora com menor frequência. Nosso entendimento é que ao invés de procurar culpados é necessário identificar como se dá a relação entre os sexos, no intuito de gerar menos sofrimento individual e de possibilitar efetivamente transformações no âmbito das relações sociais “generificadas”, ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero e que resultam em dificuldades e prejuízos para ambos – homens e mulheres (ARILHA, UNBEHAUM e MEDRADO, 1998).

A emergência do masculino como objeto de reflexão a partir dos estudos de gênero permitiu constatar que é impossível também falar de *masculinidade* de maneira genérica, uma vez que existem *masculinidades*, com modelos diversos de ser homem, inclusive dentro de uma mesma sociedade (HEILBORN e CARRARA, 1998). Cabe ressaltar, no entanto, que em todas as culturas tende a prevalecer um modelo de masculinidade definido culturalmente como certo e normatizador de condutas.

A definição do que é ser homem que se impõe sobre outros tipos de masculinidades surge de forma determinística e estereotipada e ganha um lugar hegemônico na cultura. Tanto a cultura ocidental quanto a cultura brasileira definem o homem branco, de classe média alta, de meia-idade e heterossexual como o referencial a partir do qual são estabelecidos os padrões e referências que devem ser adotados por homens de outras raças e classes sociais. A formação da identidade dos homens segundo esse modelo hegemônico começa na família e se estende a todas as instâncias sociais (BENTO, 1998; NOLASCO, 1993).

As expectativas de um homem em relação a ele mesmo e a sua percepção do lugar que deve ocupar na família e na sociedade, de maneira geral, são aprendidas desde a mais tenra infância. Tal aprendizado ocorre através do contato com os cuidadores primários e outras pessoas significativas que fazem parte do processo de socialização das crianças.

Cabe apontar que outros contextos como a escola, o ambiente de trabalho e os meios de comunicação estarão também envolvidos na construção da masculinidade de cada homem. Cada um deles gera poderosas mensagens de como se deve comportar e pensar enquanto homens (METHE e PASICK, 1990). Nesse processo os comportamentos e fantasias dos meninos são monitorados e comparados com base em normas estabelecidas para o desenvolvimento sexual. Consequentemente, todo e qualquer desvio é criteriosamente observado e classificado - seja como problema de ordem médica, psíquica ou moral (NOLASCO, 1993).

O fato é que à medida que crescem, tanto homens quanto mulheres internalizam muitas dessas expectativas estimuladas em e pela sociedade sobre como uns e outros devem se comportar e se relacionar. Espera-se dos homens que sejam fortes, ativos, destemidos e competidores na vida para serem capazes de sustentar a família. Eles são incentivados a desenvolver habilidades físicas, técnicas e intelectuais para a resolução de problemas práticos. Por outro lado, outras capacidades tendem a ser pouco desenvolvidas ou mesmo completamente negligenciadas, sobretudo aquelas consideradas femininas, tais como os cuidados com a casa e com os filhos, assim como a expressão dos próprios sentimentos e necessidades. O fato é que não há indícios biológicos de que as mulheres sejam mais empáticas e assertivas em expressar seus sentimentos do que os homens. Provavelmente desenvolvem melhor essas habilidades por ser isso o que se espera delas (MASON e MASON, 1994).

Nosso conceito cultural de masculinidade acaba por produzir uma espécie de roteiro social que prescreve para os homens formas de pensar, sentir

e comportar. Tudo que foge ao roteiro é então percebido como feminino e inaceitável. Assim, experienciar algo considerado “feminino” gera conflitos internos e ansiedade em função de uma crença de que tal vivência ameaça de maneira direta a identidade masculina.

Dessa forma, homens aprendem desde cedo a selecionar e incorporar comportamentos que realçam suas autoimagens de masculinidades ao mesmo tempo em que sistematicamente descartam qualidades percebidas como predominantemente femininas. Pesquisas do final da década de 1950, tais como as de Hartley (*apud* METHE e PASICK, 1990), já apontavam que crianças novas, principalmente os meninos, são sensíveis para com as distinções de gênero. Com cerca de três anos de idade já reconhecem significados atribuídos a comportamentos masculinos e aqueles que são considerados femininos, enquanto as meninas são possuem um senso de distinção tão rígido.

Os estudos sobre as masculinidades são enfáticos em apontar que o aprendizado social segundo o modelo hegemônico de masculinidade promove uma espécie de confinamento aos papéis tradicionais do sexo masculino que interferem em sua identidade de gênero e limitam a autonomia dos homens sobre suas próprias identidades, suas vidas e seus relacionamentos. Dessa forma, os benefícios adquiridos a partir das posições de autoridade, tais como poder e *status* social, raramente satisfazem a todas as suas necessidades e expectativas.

O fato é que dimensões como expressão emocional, afetos, satisfação sexual e saúde física são áreas em que os homens frequentemente têm pouco controle devido às restrições que são consequências dos processos de socialização e construção das identidades masculinas. Meninos são levados desde cedo a crer que existe um homem viril, corajoso, esperto, conquistador e imune a fraquezas, inseguranças e angústias. Quando são repreendidos por não se comportarem como deveriam, eles se sentem desconfortáveis e problemáticos em relação ao modelo (NOLASCO, 1993).

Boris (2004) ressalta que o *habitus* masculino desenvolve-se num campo quase que restrito aos homens, onde estão presentes a competição, a guerra, a política, a ciência, a arte, a religião, a honra e a violência. Da mesma forma, homens são encorajados a expressar somente o que é considerado permissível de acordo com os papéis de masculinidade, o que implica geralmente que devem controlar suas emoções desde muito cedo. Em situações que experienciam intensa dor e desconforto, como no caso da morte de um membro da família, são encorajados a ser fortes, a esconder a própria dor e a estarem disponíveis quando outros precisarem deles (BORIS, 2004).

Da mesma forma como aprendem a negar as suas emoções e ignorar a dor, homens também apresentam baixas habilidades em reconhecer sintomas de mal-estar físicos. Uma vez que o adoecimento físico é, segundo os modelos predominantes de masculinidade, associado à vulnerabilidade e fraqueza, frequentemente os homens são relutantes em reconhecer a dor ou o mal-estar como uma ameaça a sua saúde. Tendem a utilizar o pensamento lógico, a racionalização e a intelectualização ao falar sobre seus sentimentos e sensações corporais, sendo muitas vezes incapazes de identificar os sinais que seu corpo tenta lhe enviar. Nesse contexto, têm consequentemente dificuldades para distinguir sintomas e, por isso, só procuram ajuda em situações críticas (METHÉ e PASICK, 1990).

Homens tendem a crescer com baixas habilidades de comunicação e de expressão emocional. A raiva torna-se um dos poucos sentimentos que podem expressar com aprovação social. Soma-se a esse quadro o fato de que constantemente homens sofrem pressão para serem viris e aderir a certos padrões e papéis que põem em risco tanto a sua integridade física quanto psíquica e emocional. Esse aprendizado que começa na infância pode levar o homem adulto a uma incapacidade em contatar as próprias emoções e demandas afetivas e, consequentemente, a desenvolver habilidades de expressão pautadas na agressividade, no controle e na violência (NOLASCO, 1993).

Subirats (2008) aponta que a valentia, a capacidade de enfrentar o mundo sem medo arriscando a própria vida, se necessário, corresponde ao traço mais universal relacionado à definição de virilidade, e, portanto, de masculinidade. Essa atitude aparece como uma exigência para homens de todas as culturas históricas, sendo um diferencial explícito em relação ao que é esperado das mulheres. Os efeitos dessas expectativas sociais são sentidos nos âmbitos privado e público, nas relações conjugais e familiares e nas interações de homens com outros homens.

Nos espaços públicos, homens são os grandes perpetradores de violências e as maiores vítimas de mortes por causas externas como acidentes de trânsito, assassinatos por armas de fogo, quedas ou afogamentos. Também são responsáveis pela maior parte das mortes por suicídio. Homens também se expõem a maiores riscos de morte por intoxicação devido a *overdoses* de drogas. A porcentagem de mulheres mortas na Espanha por esse tipo de intoxicação oscilou entre apenas 11% e 14% do total, durante os anos de 1999 a 2002 (SUBIRATS, 2008).

É um fato que homens morrem de forma violenta em números muito maiores do que as mulheres. Tal realidade não nos permite, entretanto, exi-

mi-los da responsabilidade pela vitimização das mulheres, pois as mulheres são mortas quase que somente por homens. Essa constatação aponta para o fato de que os homens também são os principais autores de várias formas de violência. Uma delas é a violência doméstica.

Cabe ressaltar que os principais autores de homicídios contra mulheres são homens que participam dos seus contextos de vida. Estudos sobre violências de gênero em todo o mundo contrariam a visão de que o lar é um lugar seguro para as mulheres, uma vez que elas correm mais riscos de experimentar violências em suas relações íntimas do que em qualquer outro lugar (OMS, 2005).

Machado (1998) aponta que a violência doméstica é muito mais ampla que o homicídio doméstico uma vez que ocorre no cotidiano e envolve outras modalidades de violências rotineiras que evoluem em intensidade, sendo a morte uma das possibilidades de desfecho final. Outro ponto que distinguiria a violência nas relações privadas das ocorridas em meios públicos é que, diferentemente da violência urbana, a doméstica incide sempre sobre as mesmas vítimas, tornando-se habitual.

As modalidades das violências de gênero representam um bom exemplo de como os homens se tornam os grandes perpetradores de violências contra outros homens e contra mulheres a partir de processos de socialização. Cabe apontar, no entanto, que assim como as mulheres, homens também sofrem consequências deletérias a partir dos papéis sociais e dos atos marcados por estereótipos de masculinidades e feminilidades, pois são as maiores vítimas de violências nos espaços públicos. O fato é que a formação social das identidades masculinas e femininas segundo modelos estereotipados favorece comportamentos e valores com características opostas e pouco flexíveis que impedem o desenvolvimento das potencialidades de homens e mulheres.

A violência contra mulheres e o trabalho com homens autores

A violência contra a mulher inserida dentro da violência familiar é um fenômeno descrito desde a Antiguidade. Em nome da honra masculina, das religiões, ideologias e filosofias mulheres foram e continuam sendo agredidas e mortas em silêncio no ambiente inviolável do lar e da família. Há pelo menos 2500 anos já existem registros da construção da ideologia da superioridade do homem sobre a mulher (BERMAN, 1997).

O patriarcado, enquanto ordem social centrada da descendência patri-linear e no controle dos homens sobre as mulheres, corresponde a uma das

formas de organização familiar que foram “inventadas” ao longo da história. A descoberta da agricultura, da caça e do fogo, fez com que as comunidades que eram tribais e nômades passassem a se fixar em um território. A partir do acúmulo de bens materiais e do estabelecimento da propriedade privada, as relações familiares passaram a ser predominantemente monogâmicas.

A valorização das atividades desempenhadas pelos homens, sobre as atividades predominantemente femininas, legitimou gradativamente o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas. O estabelecimento de papéis sexuais e sociais nos quais o masculino teve e ainda tem vantagens e prerrogativas, ou seja, as relações patriarcais, corresponde ao desenvolvimento de estruturas hierárquicas de poder iniciadas nas famílias e que ainda hoje perpassam todas as instancias sociais, sejam elas familiares, civis ou de Estado (NARVAZ e KOLLER, 2006; SAFFIOTI, 2004).

Nesse contexto, as intervenções psicológicas com homens autores de violência conjugal são fruto da evolução dos estudos e ideias feministas que, ao promoverem uma ampliação do significado do conceito de “gênero”, passaram a evidenciar a construção relacional e a organização social das diferenças entre os sexos. Dessa forma, o contexto político e acadêmico criado a partir da expansão das ações do movimento feminista abriu espaço para as denúncias das violências domésticas contra as mulheres e culminou na percepção da necessidade de incluir os homens nas ações de combate a essas violências.

Os trabalhos desenvolvidos com homens autores de violências conjugais são muito recentes e ainda não são bem conhecidos. Estudos sobre os agressores, bem como estudos sobre as intervenções psicológicas realizadas com eles correspondem a uma das maiores lacunas entre as reflexões que ainda não foram desenvolvidas no processo de prevenção e atenção à violência doméstica. Entendemos ser fundamental trabalhar com homens autores de violência conjugal, no intuito de procurarmos conhecer como esses homens percebem os fatores que desencadeiam as ações violentas contra suas esposas e demais familiares; de compreender quais são as suas concepções sobre os papéis sociais de gênero; qual é a sua compreensão sobre os significados da violência doméstica (DOHMEN, 2006).

Apresentamos brevemente aqui parte dos resultados de pesquisa de mestrado realizada pelo primeiro autor com homens autores de violência encaminhados para um serviço público sob a orientação da segunda autora. A coleta dos dados foi feita em dois encontros grupais onde os participantes foram ouvidos individualmente e depois participaram de uma discussão segundo o

modelo de grupo focal. A transcrição dos relatos foi analisada segundo o método da Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (1977).

O trabalho, de natureza qualitativa, avaliou a percepção de sete homens que haviam concluído o acompanhamento no NAFVD – Núcleo de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica - sobre os efeitos da intervenção em suas vidas nos níveis pessoal, relacional e na maneira de resolver conflitos domésticos. A intenção foi compreender como eles avaliaram a experiência de participar de um grupo de autores de violência conjugal e identificar temas que eles consideravam importante de ser abordados em grupos dessa natureza.

Os relatos dos participantes indicaram que eles perceberam melhorias na convivência familiar e em outros contextos sociais após a participação nas intervenções em grupo. Eles relataram as mudanças que promoveram em seus comportamentos, o que incluía o uso de estratégias discutidas no processo grupal para evitar a intensificação dos conflitos.

A experiência de passar pela intervenção foi percebida como benéfica, pois eles se sentiram ouvidos e consideraram que grupos com homens autores de violência conjugal devem oferecer um espaço para o trabalho da melhoria da convivência familiar. Os participantes entrevistados entendem que as famílias devem ser incluídas no acompanhamento psicossocial e que os grupos de homens devem ser estendidos às comunidades, enquanto prevenção do agravamento das violências familiares (AGUIAR, 2009).

A pesquisa também indicou que a reincidência de violências físicas foi baixa. Ficou evidente nos relatos, contudo, que ainda continuavam a ocorrer violências psicológicas. Os homens ainda atribuíam e associavam as dificuldades e as divergências no relacionamento conjugal aos problemas causados pelas companheiras. Os dados indicaram que a intervenção com homens autores de violência conjugal não deve ser finalizada com o término das sessões em grupo. Os casos devem ser monitorados através de avaliações que incluam os autores e as vítimas das violências.

A inclusão das mulheres foi considerada como muito importante para a efetividade do acompanhamento e para a avaliação de mudanças em relação ao padrão violento. Starosta e Grossi (2003) sinalizam a necessidade de monitoramento após o término de programas voltados a homens. É fundamental verificar a efetividade e o alcance dessa modalidade de intervenção. Os autores acreditam ser importante a inclusão dos depoimentos das ex ou atuais companheiras na avaliação.

A responsabilização dos homens agressores pelas violências cometidas é fundamental para viabilizar a compreensão do seu papel na dinâmica relacional, sem que isso sirva para justificar as suas ações e os seus comportamentos. Os atendimentos aos homens devem promover a responsabilização pelas violências praticadas em um contexto reflexivo que favoreça a construção de habilidades de comunicação e de alternativas ao uso das várias formas de violências na resolução de problemas familiares.

Outra questão importante é que as propostas metodológicas que estruturaram esses serviços e a percepção dos homens autores e das vítimas em relação a essas intervenções ainda não são devidamente conhecidas. Tal constatação reflete uma lacuna presente nesse contexto. É fundamental, portanto, que as reflexões e pesquisas a serem desenvolvidas contribuam para a consolidação da prevenção e da atenção à violência doméstica contra as mulheres (BEIRAS, 2014; AGUIAR, 2009).

Embora inicialmente resistentes, os participantes, ao final da intervenção, foram capazes de reconhecer os benefícios obtidos com o trabalho grupal. Eles enfatizaram a necessidade de incluir as suas famílias no acompanhamento psicológico e sugeriram que os grupos devem ser estendidos às comunidades e abertos a homens que queiram participar espontaneamente.

Referências

- ARILHA, M.; MEDRADO, B.; UNBEHAUM, S. G. *Homens e Masculinidades, Outras Palavras*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Tradts). Lisboa: Edições 70, Lda, 1977.
- BENTO, B. A. M. O acusado: quem é? In: OLIVEIRA, D.; GERALDES, E.; LIMA, R. (Orgs.). *Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil. Série violência em manchete*. Brasília: MNDH, 1998.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORIS, G. D. J. B. A violência como produto da crise da condição masculina. In: MALUSCHKE, G., BUCHER-MALUSCHKE, J.; HERMANN, K. (Orgs.). *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- DINIZ, G. R. S. Condição feminina: fator de risco para a saúde mental? In: PAZ, M.; TAMAYO, A. (Orgs.). *Escola, Saúde e Trabalho: Estudos Psicológicos*. Brasília: Editora UnB, 1999.

- DINIZ, G. Gênero e Psicologia: Questões Teóricas e Práticas. *Revista Psicologia Brasil*, v. 2, 2003.
- DINIZ, G.; PONDAAG, M. Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos de violência doméstica. In: MALUSCHKE, G., BUCHER-MALUSCHKE, J.; HERMANN, K. (Orgs.). *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- DOHMEN, M. L. Aspectos comportamentais. In: CORSI, J. (Org.). *Violencia masculina em lapareja: una aproximacion al diagnostico y a los modelos de intervencion*. Buenos Aires :Paidós, 2006.
- HEILBORN. M. L.; CARRARA, S. Em Cena, os homens... *Estudos Feministas*. v. 6, n. 2, 1998.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- MASON, B.; MASON, E. A masculinidade e o trabalho com as famílias. In: PERELBERG, R. J.; MILLER, A. C. (Orgs). *Os sexos e o poder nas famílias*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1994.
- METH, R. L.; PASICK, R.S. *Men in therapy, the challenge of chance*. New York: The Guilford Press, 1990.
- NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- OMS. *Estudio multipaís de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer : primeros resultados sobre prevalencia, eventos relativos a la salud y respuestas de las mujeres a dicha violencia*. OMS, 2005. Disponível em: <http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/summaryreportSpanishlow.pdf>
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, 1995
- SUBIRATS, M. *La masculinidad hoy: un género obsoleto*. Conferência Mundos de Mujeres/Women's Worlds 2008. La igualdad no es una utopia. Madri: Universidad Complutense de Madri, 2008.

Recebido em maio de 2017

Aprovado em maio de 2017